

## Cartografia da argumentação em São Paulo (2011-2020): territorialidades teóricas, agenciamentos conceituais e linhas de fuga

*Mapping argumentation in São Paulo (2011-2020): theoretical territorialities, conceptual assemblages, and lines of flight*

**Eduardo Lopes Piris**

Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia – Brasil

**Isabel Cristina Michelan de Azevedo**

Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão – Sergipe – Brasil



**Resumo:** Este artigo apresenta uma cartografia dos estudos da argumentação em São Paulo (2011-2020), a partir de dissertações e teses da área de Letras e Linguística. Inspirado em Deleuze e Guattari, o estudo mapeia territorialidades acadêmicas, filiações teóricas e interfaces disciplinares. A metodologia, replicável para outras regiões, baseou-se na coleta e análise de 211 trabalhos. Os resultados revelam: territorialidades acadêmicas concentradas na capital; hegemonia da tradição retórica, distribuída entre Nova Retórica e Retórica Clássica, ao lado da Teoria da Argumentação no Discurso, Sociorretórica e Teoria Substancial da Argumentação; interfaces predominantes com Linguística Textual e Análise do Discurso, configurando agenciamentos conceituais que desterritorializam e reterritorializam as teorias; zona de sombra com trabalhos sem filiação explícita, ancorados na Análise do Discurso, revelando linhas de força concorrentes; trabalhos com filiação sem interface declarada, configurando zonas de silêncio. Concluímos que a multidimensionalidade constitutiva dos fenômenos argumentativos favoreceu à natureza rizomática do campo da argumentação, com suas linhas de força, linhas de fuga, zonas de silêncio e agenciamentos conceituais.

**Palavras-chave:** Argumentação. Cartografia. Nova Retórica. Análise do Discurso. Territorialidades teóricas. São Paulo.

**Abstract:** This article presents a cartography of argumentation studies in São Paulo (2011-2020), based on master's theses and doctoral dissertations in Language and Linguistics. Inspired by Deleuze and Guattari, the study maps academic territorialities, theoretical affiliations, and disciplinary interfaces. The methodology, replicable for other regions, was based on the collection and analysis of 211 works. The results reveal: academic territorialities concentrated in the capital; hegemony of the rhetorical tradition, distributed between New Rhetoric and Classical Rhetoric, alongside Argumentation in Discourse Theory, Sociorhetoric, and Substantial Argumentation Theory; predominant interfaces with Textual Linguistics and Discourse Analysis, configuring conceptual assemblages that deterritorialize and reterritorialize these theories; a shadow zone with works lacking explicit affiliation, anchored in Discourse Analysis, revealing competing lines of force; works with affiliation but no declared interface, configuring zones of silence. We conclude that the constitutive multidimensionality of argumentative phenomena fostered the rhizomatic nature of the argumentation field, with its lines of force, lines of flight, zones of silence, and conceptual assemblages.

**Keywords:** Argumentation. Cartography. New Rhetoric. Discourse Analysis. Theoretical Territorialities. São Paulo.

## 1 Introdução: abrindo o mapa

O campo de estudos da Argumentação no Brasil, em seus mais de 40 anos de história, tem-se consolidado como um domínio teórico plural e produtivo, marcado pela diversidade de perspectivas e pela constante interlocução com outras áreas das ciências da linguagem. Esse percurso tem sido legitimado por meio de pesquisas, publicações, disciplinas na graduação e pós-graduação, eventos nacionais e internacionais e programas de formação de professores, movimento que culminou na criação do Grupo de Trabalho “Argumentação” na ANPOLL e na fundação da Associação Brasileira de Argumentação (ABA).

A realização de estudos cartográficos, como o presente, justifica-se pela necessidade de compreender as territorialidades, as filiações teóricas e as dinâmicas de produção do conhecimento nesse campo, permitindo vislumbrar suas conquistas, lacunas e desafios futuros. A pesquisa cartográfica, inspirada nas ideias de Deleuze e Guattari (1995), não reproduz situações observadas como um decalque, mas, em movimento de ruptura, constrói conexões entre campos, reflexões e corpos com base em múltiplas entradas. Desenvolvida em diferentes áreas (educação, saúde, cognição etc.), a realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, que resiste à pretensão de ser centro organizador de processos mais amplos, preferindo apontar conexões em rede.

Este artigo, que integra um esforço mais amplo de mapeamento nacional, propõe-se a traçar uma cartografia dos estudos da argumentação no estado de São Paulo na década de 2010 (2011-2020). Ao desenhar este mapa sempre inacabado, nosso objetivo é contribuir para que outras pessoas, com suas escritas-pensamento e seus mapas abertos, venham completar, desfazer e refazer as linhas que aqui começamos a traçar.

## 2 Rastreo, pouso e reconhecimento atento: pistas metodológicas

A metodologia deste trabalho se inspira no campo dos estudos cartográficos, conforme concebidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), segundo os quais uma cartografia atesta a força performática do pensamento, sua pragmática. Nessa perspectiva, a realidade cartografada se apresenta como um mapa móvel, que nunca está completo porque se articula a outros movimentos reflexivos e a processos mais amplos de investigação, sempre que novas conexões sejam identificadas e outras redes sejam estabelecidas.

Trata-se de um método de pesquisa-intervenção que pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador não pautada em regras prontas ou previamente estabelecidas. A proposta metodológica é constituída a partir de pistas que permitem construir conhecimentos para intervir na realidade vivida, tendo como ponto de apoio a experiência entendida como um saber que emerge do fazer. Diferentemente de outros métodos da ciência moderna, a cartografia não visa a isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo, assim cartografar é, em síntese, acompanhar processos (Passos; Kastrup; Escóssia, 2007).

No Brasil, os esforços realizados pelo grupo de pesquisadores vinculados à área de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 2005 e 2007, propuseram uma pragmática na qual ocorre a “experimentação ancorada no real” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21). Esse movimento permite identificar as pistas que guiam o cartógrafo, ou seja, as “[...] referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa [...]” (Passos, Kastrup; Escóssia, 2007, p. 13).

Segundo Kastrup (2007), a pesquisa cartográfica opera por meio de quatro variedades da atenção do cartógrafo: (a) o rastreo, gesto de

varredura do campo, que permite identificar os elementos que o compõem; (b) o toque, sentido como uma rápida sensação, um primeiro contato que ainda não se configura como análise; (c) o pouso, momento de análise das múltiplas entradas para definir os pontos de análise, uma exigência positiva do processo de pesquisa; (d) o reconhecimento atento, atitude investigativa que possibilita calibrar a análise, ajustando o olhar às especificidades do material.

O grande desafio é evitar que predomine a busca de informação, para que o cartógrafo possa se abrir ao encontro. Cada palavra se faz viva e inventiva, pois carrega uma vida. A pesquisa cartográfica, então, se faz em movimento, no acompanhamento de processos que nos tocam, nos transformam e produzem mundos. Assim, cartografar é seguir as pistas que orientam o percurso de cada pesquisa, sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. As pistas do método cartográfico são os dados que permitem discutir a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir, pois, afinal, assume-se que toda pesquisa é intervenção, realizada por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática num mesmo plano de produção ou de coemergência: o plano da experiência.

Embora não tenhamos seguido exatamente o método cartográfico proposto por Deleuze e Guattari (1995), na presente Cartografia podem ser identificadas aproximações significativas. Em primeiro lugar, o campo de análise não se separa do campo de intervenção, uma vez que o gesto de interpretação produz uma realidade desconhecida até o momento da concretização da Cartografia, a saber: ao mapear os estudos da argumentação em São Paulo, intervimos na própria compreensão que a comunidade acadêmica tem de si mesma, oferecendo uma imagem que pode servir de base para políticas de fomento, criação de redes de cooperação e planejamento de investigações futuras. Em segundo lugar, foram praticadas três das ações típicas de um cartógrafo no campo de estudos da linguagem: rastreo, pouso e reconhecimento atento. Em terceiro lugar, ainda que este artigo seja um recorte específico de toda a pesquisa envolvendo

a região Sudeste e escrito em coautoria, o levantamento dos dados desta pesquisa foi realizado de maneira coletiva e colaborativa por um grupo de 44 pessoas, que dialoga com as Cartografias do Nordeste realizadas pelo GT Argumentação da ANPOLL, revelando um esforço de construção coletiva do conhecimento sobre o campo da argumentação.

Em sintonia com os princípios cartográficos, adotamos duas orientações de Oliveira e Paraíso (2012) que guiaram nossa escrita. A primeira é a escrita como pensamento: a escrita não é mero relatório dos dados, mas a própria forma de pensar cartograficamente. Assim, tabelas e gráficos não são ilustrações externas ao texto, mas linhas que dançam com a narrativa, compondo um mapa que se constrói no ato de escrever. Elaboramos cada tabela à medida que as perguntas surgiam, de modo que cada gráfico corresponde a um movimento do pensamento, não a uma exigência formal prévia.

A segunda orientação é o mapa sempre aberto: toda cartografia é inacabada, conectável, reversível, suscetível de modificações constantes. Nosso mapa dos estudos da argumentação em São Paulo não pretende ser definitivo, mas visa a explicitar quais foram as áreas visitadas, bem como demarcar as zonas de sombra e convidar outros pesquisadores a nele intervirem, traçando novas linhas, conectando novos dados, vislumbrando outros mundos possíveis.

Para dar conhecimento dos parâmetros que guiaram esta Cartografia e possibilitar sua replicação, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados. A equipe buscou dissertações e teses defendidas entre 2011 e 2020 em programas de pós-graduação da área de Letras e Linguística do estado de São Paulo. Como a plataforma Sucupira começou a ser implementada em 2014, a busca teve como fonte também os sistemas de bibliotecas das universidades, os sites dos programas e, por vezes, buscadores de internet, para localizar pesquisas não disponibilizadas nessas plataformas. As buscas foram feitas com as palavras-chave: “argumentação”, “argumentatividade”, “argumento” e “retórica”. Os resultados passaram por uma triagem, sendo selecionadas somente as pesquisas que tratavam de argumentação,

argumentatividade ou retórica, independentemente do quadro teórico de base.

Seguindo a metodologia da cartografia da argumentação da região Nordeste (Piris; Brito; Massmann; Morais, 2023), os dados foram registrados em uma planilha compartilhada digitalmente, que organizou as informações em colunas assim identificadas: UF, IES, PPG, ano de conclusão, nível (mestrado/doutorado), autor/a, orientador/a, título, resumo, palavras-chave, link de acesso, teoria da argumentação mobilizada, interface teórica 1, interface teórica 2, campo discursivo, gênero, categoria analítica 1 e categoria analítica 2. Essa organização permitiu a quantificação dos dados e a análise das linhas que compõem o território investigado: linhas institucionais (distribuição por IES e orientadores), linhas teóricas (filiações e interfaces) e linhas temáticas (gêneros e categorias analíticas).

Neste artigo, concentramos nossa atenção (Kastrup, 2007) nas linhas teóricas (filiações e interfaces). E, antes de discutir os dados, traçamos as linhas institucionais (distribuição por IES e orientadores), pontuamos alguns marcos históricos relativos à retórica e à argumentação no Ocidente, para situar como as territorialidades e os agentes do processo delimitaram o campo da argumentação em São Paulo na década de 2010.

### 3 Territorialidades acadêmicas e agenciamentos institucionais

Os estudos da retórica e da argumentação no Brasil foram desenvolvidos exclusivamente na área da Filosofia até o início do século XX, quando começaram a ser estruturados os primeiros cursos de Letras. No Ocidente, desde as produções dos filósofos gregos na Antiguidade, tais estudos passaram por diferentes fases marcadas por disputas, oposições e, por vezes, conflitos. Em relação a esses mais de dois mil anos de tradição, queremos destacar os seis pontos que podem justificar os dados que são analisados à frente.

1. Desde a Sicília grega, a Retórica é uma prática social, marcada por uma origem judiciária, o que faz da linguagem um poder (Barthes, 2001) disponível ao ser humano em diferentes situações argumentativas.

2. “Na realidade, quando utilizamos a retórica não o fazemos só para obter certo poder, é também para saber, para encontrar alguma coisa”<sup>1</sup> (Reboul, 1998, p. XX). Assim, a descoberta não fica restrita ao campo da ciência, uma vez que no campo político e no econômico ou nos debates jurídicos, por exemplo, é preciso antecipar o que é pertinente expor ao outro.

3. Por estar vinculada à persuasão, a Retórica associa-se à arte de falar de bem falar (Meyer, 1994), o que gera, desde seu início, grande interesse pelo uso de recursos linguísticos e discursivos.

4. Na ação persuasiva, “o orador deve antes compreender os que lhe fazem face, captar a força da retórica deles, bem como seus pontos fracos”. A interpretação do discurso é inerente à atividade retórica, pois frente ao outro também é importante identificar “ciladas, sopesar a força de seus argumentos e sobretudo captar o não-dito” (Reboul, 1998, p. XIX).

5. A produção retórica não se restringe a uma rígida estrutura lógica, e cada discurso “contém sempre certa quantidade de livre desordem” (Plebe; Emanuele, 1992, p. 84).

6. A Retórica é uma criação específica da Antiguidade Grega, que é reconhecida como a primeira escola de argumentação no Ocidente (Barthes, 2001; Declercq, 1992).

Tais características reforçam as profundas relações entre os estudos da argumentação e os de linguagem, e apontam que, ao longo da história, se estabeleceram intrínsecas articulações entre retórica e argumentação. Embora o tratamento dessas duas vertentes possa gerar discussões variadas, procuramos aqui destacar como tais características geraram “linhas de segmentaridade segundo as quais [o rizoma] é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.”, bem como “linhas de

<sup>1</sup>Reboul (1998, p. XX) nomeia essa característica de função heurística da Retórica, termo proveniente “do verbo grego *euro*, *eureka*, que significa encontrar. Em resumo, uma função de descoberta”

desterritorialização pelas quais ele foge sem parar” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 18).

A escolha por São Paulo se justifica por sua posição central no cenário acadêmico nacional, abrigando as mais antigas e produtivas instituições de ensino superior do país. A análise do *corpus*, composto por 211 trabalhos (115 dissertações e 96 teses), indica uma territorialidade acadêmica marcada por produção intensa e diversificada. A Tabela 1 permite visualizar as territorialidades que compõem o campo da argumentação em São Paulo: a produção concentra-se majoritariamente na capital e em importantes polos do interior, refletindo uma geografia de forças consolidada, na qual agentes institucionais (USP, PUC-SP, UNIFRAN, Mackenzie, UNESP,

UNICAMP<sup>2</sup>) compõem uma rede de agenciamentos que territorializam e, ao mesmo tempo, fazem escapar linhas de fuga para o campo argumentativo em variadas direções.

**Tabela 1** – Distribuição das Pesquisas por IES (São Paulo, 2011-2020)

Instituição	Cidade	Teses	Dissertações	Total	%
USP	São Paulo	40	27	67	31,8%
PUC-SP	São Paulo	30	16	46	21,8%
UNIFRAN	Franca	4	22	26	12,3%
Mackenzie	São Paulo	5	17	22	10,4%
UNESP	Araraquara	8	13	21	10,0%
UNICAMP	Campinas	4	8	12	5,7%
UNICSUL	São Paulo	0	7	7	3,3%
UNIFESP	São Paulo	0	1	1	0,5%
UFSCAR	São Carlos	1	0	1	0,5%
Outros	Diversas	4	4	8	3,8%
TOTAL		96	115	211	100%

Fonte: Elaboração própria.

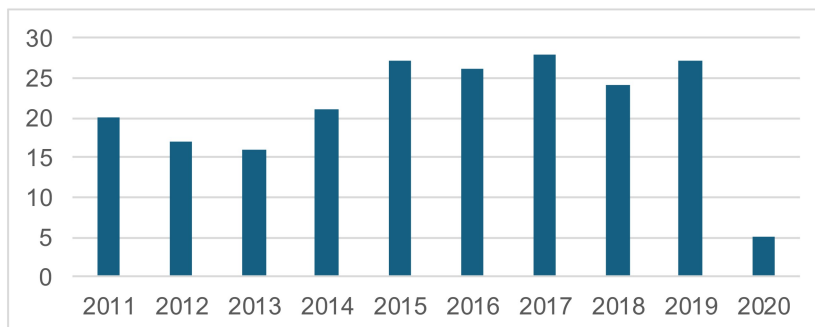
Os dados contidos na Tabela 1 orientaram-nos a observar a dinâmica temporal dessas investigações, visualizada no Gráfico 1, a seguir. Nele, observamos uma relativa estabilidade na década de 2010, com picos entre 2015 e 2019, período que concentra 62,6% da produção (132 trabalhos). Esses anos representaram momentos de efervescência no campo, nos quais as relações entre pesquisadores, orientadores e instituições geraram um volume expressivo de investigações. A queda brusca em 2020 (apenas 5 trabalhos, 2,4% do total) talvez possa ser atribuída aos impactos iniciais da pandemia de COVID-19, que alteraram profundamente os

calendários acadêmicos, suspendendo defesas, reprogramando prazos e impondo novos ritmos à pesquisa.

Menos que uma interrupção definitiva, esse hiato talvez seja o prenúncio de outras configurações que virão a compor o campo da argumentação, numa futura cartografia da década seguinte, que se anuncia como um novo movimento de mapeamento coletivo, capaz de traçar as linhas emergentes e os rearranjos territoriais que o período pós-pandemia trará. Rupturas no rizoma são constitutivas, pois linhas segmentares que explodem em linha de fuga remetem a outras já identificadas. Segundo Deleuze e Guattari (1995, p.

25-26): “É por isso que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau”.

**Gráfico 1 – Dinâmica temporal da produção em São Paulo (2011-2020)**

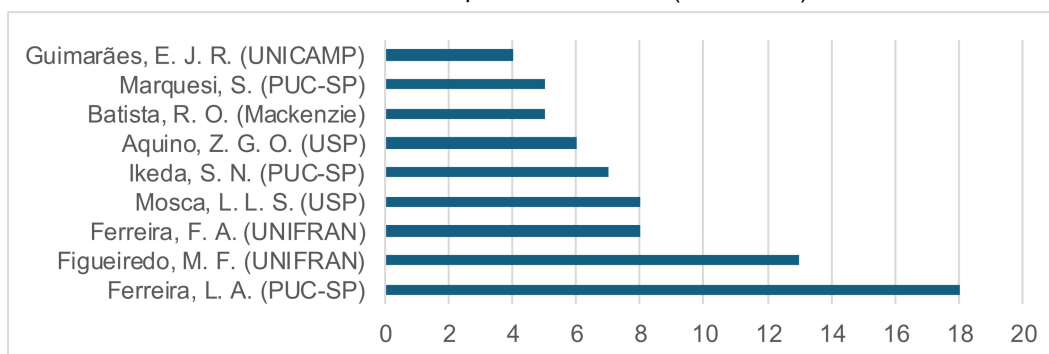


Fonte: Elaboração própria.

Nesse período, a identificação das principais linhagens de pesquisa (Gráfico 2) remete à potência de agentes centrais como Luiz Antonio Ferreira (PUC-SP) e Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN), que, junto a outros corpos institucionais e teóricos, fizeram proliferar agenciamentos entre diferentes gerações de

pesquisadores, consolidando territorialidades acadêmicas, verdadeiras escolas de pensamento que, longe de serem fixas, continuam a se desterritorializar e a engendrar novos caminhos no campo dos estudos da argumentação.

**Gráfico 2 – Principais Orientadores (2011-2020)**



Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, as territorialidades acadêmicas aqui cartografadas demarcam um campo de forças dinâmico e plural, no qual agentes institucionais e individuais se agenciam para produzir conhecimento, ao mesmo tempo em que engendram linhas de fuga que apontam para novos movimentos emergentes. Se a década de 2010 consolidou um território fértil para os estudos da argumentação em São Paulo, cabe às

cartografias futuras, especialmente as que se dedicarão à década de 2020, acompanhar os movimentos de desterritorialização que a pós-pandemia talvez esteja fazendo emergir, traçando os contornos instáveis e inventivos de um campo que jamais cessa de se transformar.

<sup>2</sup>Nessas Instituições de Ensino Superior, os cursos de Letras foram fundados em distintas épocas, mas apenas três antes de 1950, enquanto os outros são bem mais recentes: PUC-SP: 1908, USP: 1934, Mackenzie: 1950, UFSCar: 1970; UNIFRAN: 1970 (antiga Faculdade Pestalozzi), UNICSUL: 1970 (Universidade Cruzeiro do Sul), UNESP: 1976, UNICAMP: 1978, UNIFESP: 2009. Também é importante destacar que as primeiras estavam associadas aos cursos de Filosofia.

#### 4 Pesquisas com filiação às teorias da argumentação: teorias em território, filiações conceituais e multiplicidades

Nesta seção, analisamos um *corpus* de 127 trabalhos (60,2% do total) que declararam explicitamente sua filiação a uma teoria da argumentação<sup>3</sup>, aprofundando a discussão sobre as correntes predominantes e suas interfaces. Esse conjunto de trabalhos constitui a territorialidade teórica mais densa do campo paulista, aquela em que os agentes (pesquisadores, orientadores, programas) explicitam suas filiações, inscrevendo-se em correntes teóricas que funcionam como verdadeiros agenciamentos conceituais. São trabalhos que não apenas aplicam teorias, mas as atualizam em novos contextos, conectando-as a outras disciplinas e, por

vezes, estendendo-as para domínios pouco explorados. É sobre esse território conceitual que nos debruçamos a seguir.

##### 4.1 Teorias e modelos da argumentação: um mapa da pluralidade

A pluralidade teórica, característica do campo de conhecimento da argumentação, manifesta-se claramente nos dados de São Paulo. A Tabela 2 sistematiza as principais filiações, distinguindo a Retórica Clássica – tradição aristotélica, latina, autores como Cícero e Quintiliano – da Nova Retórica – tradição perelmaniana, incluindo Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, Olivier Reboul, Michel Meyer e desdobramentos contemporâneos no Brasil como Lineide Mosca e Luiz Antônio Ferreira.

**Tabela 2** – Teorias da Argumentação declaradas (São Paulo, 2011-2020)

Teoria da Argumentação	Quantidade	Percentual
Nova Retórica	41	32,3 %
Retórica Clássica	38	29,9 %
Teoria da Argumentação no Discurso	28	22,0 %
Teoria da Argumentação na Língua	7	5,5%
Sociorretórica	6	5,6%
Teoria Substancial da Argumentação (tradição toulminiana)	5	4,7%
Pragmadialética	1	0,8%
Teoria da Argumentação Jurídica	1	0,8%
Total	127	100%

Fonte: Elaboração própria.

Reunidas, as filiações à Retórica Clássica e à Nova Retórica constituem a mais expressiva territorialidade teórica do campo paulista, ocupando 62,2% do corpus analisado. Nesse território conceitual, que se estende dos preceitos aristotélicos às contribuições contemporâneas de Perelman e Olbrechts-Tyteca, os agentes da pesquisa encontram um plano comum de consistência: a figura do orador e sua relação com o auditório, os tipos de argumento e a tríade retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) funcionam como marcas que territorializam o pensamento, ao mesmo tempo em que oferecem linhas de fuga para novos agenciamentos.

Em segundo lugar, com 22,0%, desponta a Teoria da Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy, que promove um encontro fecundo entre a tradição retórica e as teorias do discurso de base enunciativa. Essa expressiva presença confirma a potência de um olhar que integra a dimensão argumentativa à construção dos *ethé*, às cenas de enunciação e ao funcionamento dos gêneros do discurso, consistindo num agenciamento que, longe de fixar-se em um único território, estabelece conexões transversais entre diferentes campos do saber.

Para além dessas três principais territorialidades, outras teorias marcam presença no

<sup>3</sup>Um leque de teorias da argumentação é apresentado na coletânea organizada por Piris e Grácio (2023) e no *Dicionário da Argumentação*, de Plantin (2025), oferecendo um vasto panorama deste campo de estudos.

cenário paulista, ainda que com menor densidade, cumprindo um papel fundamental na diversificação do campo da argumentação. É o caso da Teoria da Argumentação na Língua (5,5%), desenvolvida por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe, que desloca o fenômeno argumentativo de sua dimensão retórica para o âmbito específico da língua e orienta investigações voltadas à orientação argumentativa, que está inscrita na estrutura linguística dos enunciados. Embora numericamente modesta (7 trabalhos), sua presença indica uma tradição de pesquisa que mantém diálogo com a Semântica da Enunciação e com a Linguística Textual.

A Sociorretórica (4,7%), representada por 6 trabalhos, ancora-se fundamentalmente no trabalho seminal de Carolyn Miller (1984), que propôs definir os gêneros não por semelhanças formais ou estruturais, mas os conceber como ações sociais tipificadas, enraizadas em situações retóricas recorrentes e reconhecidas por comunidades discursivas. Essa abordagem, que articula gênero, propósito comunicativo e contexto social, inscreve a argumentação no âmbito mais amplo das práticas sociodiscursivas, tal como desenvolvida por John Swales e Charles Bazerman.

A Teoria Substancial da Argumentação (3,9%), de tradição toulminiana, se faz presente na base de 5 trabalhos que se dedicam a investigar os movimentos discursivos da argumentação (argumento, contra-argumento e resposta) em contextos de aquisição da linguagem e desenvolvimento cognitivo. Trata-se de uma abordagem que enfatiza a dimensão processual e dialógica da argumentação, articulando-a com questões de desenvolvimento e aprendizagem, como os trabalhos de Selma Leitão (2000) registram.

Por fim, comparecem com uma única ocorrência cada a Pragmadialética (0,8%), de Frans van Eemeren e Rob Grootendorst que propõem um modelo normativo de discussão crítica para a resolução de conflitos de opinião, e a Teoria da Argumentação Jurídica (0,8%), de Robert Alexy, que aplica os pressupostos retórico-argumentativos ao campo do direito. Embora numericamente residuais, essas ocorrências atestam a abertura do campo para

perspectivas teóricas consolidadas internacionalmente, ainda que com menor penetração no cenário paulista no período estudado.

Nesta perspectiva cartográfica, compreendemos a diversidade teórica encontrada nas pesquisas levantadas não como um território fragmentado, mas como uma multiplicidade rizomática, na qual cada teoria em vez de se fechar sobre si mesma estabelece agenciamentos com outras, produzindo interfaces que desterritorializam o campo argumentativo e o reterritorializam em novos campos de investigação. É o que passamos a analisar na seção seguinte.

#### 4.2 Interfaces teóricas como linhas de fuga e agenciamentos conceituais

A partir desses 127 trabalhos que declararam explicitamente sua filiação a uma teoria da argumentação, passamos a discutir a questão das interfaces teóricas. Para isso, consideramos as colunas “interface teórica 1” e “interface teórica 2” da planilha, em que foram registrados os dados levantados pela equipe desta cartografia, e contabilizamos as ocorrências de cada interface associada a cada teoria da argumentação declarada pelas pesquisas.

Conforme os resultados da Tabela 3, um dos traços mais distintivos dos estudos da argumentação é o intenso diálogo estabelecido com outras disciplinas. Entre as interfaces, destacamos a forte presença de teorias do discurso (Análise do Discurso, Teoria Dialógica da Linguagem, Análise Crítica do Discurso) e de teorias linguístico-textuais (Teoria da Argumentação na Língua, Linguística Cognitiva, Semântica da Enunciação, Linguística Textual), que abordam fenômenos argumentativos sem, no entanto, se constituírem como teorias da argumentação propriamente ditas, o que aponta para uma zona de contato fecunda, mas também para uma tensão entre campos que concorrem na análise dos mesmos objetos.

Tabela 3 – Interfaces Teóricas

Teoria da Argumentação	Interface teórica	Quantitativo	Percentual
Nova retórica (T=41)	Linguística Textual	11	21,6%
	Análise do Discurso	9	17,6%
	Linguística Cognitiva	8	15,7%
	Estudos da Tradução	6	11,8%
	Teoria Literária	5	9,8%
	Semiótica	2	3,9%
	Filosofia	1	2,0%
	Sem interface declarada	9	17,6%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100%</b>	
Retórica clássica (T=38)	Análise do Discurso	9	23,7%
	Linguística Textual	7	18,4%
	Estudos da Tradução	6	15,8%
	Teoria Literária	5	13,2%
	Filosofia	2	5,3%
	Semiótica	1	2,6%
	Sem interface declarada	8	21,1%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>	
Teoria da argumentação no discurso (T=28)	Análise do Discurso	8	28,6%
	Linguística Textual	6	21,4%
	Análise Crítica do Discurso	3	10,7%
	Sem interface declarada	11	39,3%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>	
Teoria da argumentação na língua (T=7)	Linguística Textual	3	42,9%
	Semântica da Enunciação	2	28,6%
	Retórica	2	28,6%
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>
Socioretórica (T=6)	Linguística Textual	4	66,7%
	Análise de Gêneros	2	33,3%
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>
Teoria substancial da argumentação (T=5)	Teoria Dialógica da Linguagem	3	60,0%
	Aquisição da Linguagem	2	40,0%
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>
Pragmadialética (T=1)	Análise do Discurso	1	100%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>
Teoria da argumentação jurídica (T=1)	Direito	1	100%
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Antes de seguirmos com a análise cartográfica, é importante fazermos algumas ressalvas quanto aos números da Tabela 3. Em primeiro lugar, a soma de interfaces, com 137 ocorrências, é superior ao total de 127 pesquisas do *corpus*, porque um dos critérios foi observar, em um mesmo trabalho, a possibilidade de haver mais de uma interface (colunas interface 1 e interface 2 da planilha). Isso explica, por exemplo, por que a Nova Retórica, com 41 trabalhos, tem 51 ocorrências de interfaces. Em segundo lugar, designamos uma categoria chamada “sem interface declarada” para abrigar os trabalhos que, embora filiados a uma teoria da argumentação, não

explicitaram nenhuma interface teórica nas colunas correspondentes.

Do ponto de vista cartográfico, essas interfaces podem ser pensadas como multiplicidades, pois cada teoria da argumentação se desdobra em múltiplas conexões, compondo uma rede rizomática de saberes que se entrecruzam. Complementarmente, podemos encarar as interfaces teóricas como linhas de fuga, ou seja, pontos por onde uma teoria escapa de si mesma, encontra outras teorias e, assim, se desterritorializa, deixando vislumbrar novas possibilidades de percursos teóricos e, com isso, caracterizar o que ousamos aqui chamar de teorias brasileiras da argumentação. E, mais, cada encontro

entre uma teoria da argumentação e uma ou duas interfaces com outras teorias da linguagem se constitui como um agenciamento concreto, porque produz efeitos específicos no campo de conhecimento da argumentação, promovendo uma profusão de problemas, questões, conceitos, noções e abordagens que não pertenceriam a nenhum dos campos isoladamente.

Nesta perspectiva, podemos ver que a Linguística Textual aparece como a interface predominante (22,6% das ocorrências), confirmando sua centralidade nos estudos argumentativos paulistas. Sua presença transversal em praticamente todas as teorias argumentativas (Nova Retórica, Retórica Clássica, Teoria da Argumentação no Discurso, Teoria da Argumentação na Língua, Sociorretórica) indica que a dimensão textual da argumentação é um ponto de passagem obrigatório para o campo da argumentação.

A Análise do Discurso, tal como proposta por Maingueneau (1997), vem logo em seguida com 19,7% das ocorrências, reforçando a forte tradição discursiva em São Paulo. Sua presença expressiva, especialmente na Retórica Clássica (23,7%) e na Nova Retórica (17,6%), sugere que o diálogo com a Análise do Discurso é um dos principais agenciamentos do campo, um encontro que tem produzido efeitos significativos, como a proliferação de estudos sobre *ethos* discursivo e cenografia argumentativa.

Vale destacar que os Estudos da Tradução (8,8%) e a Teoria Literária (7,3%) têm presença significativa, refletindo a força dos estudos clássicos e filológicos na USP e UNESP e se apresentando como interfaces que apontam para uma tradição erudita no campo da argumentação, ligada à tradução e à análise de textos canônicos da retórica, como de Aristóteles, Cícero, Quintiliano entre outros.

A partir da Tabela 3, podemos observar que a Linguística Cognitiva (5,8%) aparece como uma interface emergente, especialmente associada à Nova Retórica, já que suas oito ocorrências se concentram nessa teoria, sugerindo um agenciamento recente e promissor, que articula a tradição retórica com as

ciências cognitivas. Por sua vez, a Semântica do Acontecimento, que representa uma tradição brasileira consolidada, com foco na relação entre argumentação, enunciação e memória discursiva, aparece apenas em 2,9% do total de 137 ocorrências de interfaces detectadas no levantamento dos dados.

Nosso último e não menos importante destaque diz respeito à categoria “sem interface declarada”, que, com 23 ocorrências, contempla 18,1% do total de 127 pesquisas que declaram filiação a uma teoria da argumentação, indicando que quase 1/5 dos trabalhos com filiação explícita não estabelece diálogos declarados com outras áreas. Isso pode ser encarado como uma zona de silêncio que pode ser interpretada como autossuficiência teórica ou como um tipo de opacidade, em que os diálogos existem, ainda que explicitados, mas de todo modo, em ambos os casos, podemos traçar aqui uma linha de resistência à desterritorialização.

Com base em Kastrup (2007), que, ao dialogar com Deleuze e Guattari (1995) propõe uma cartografia atencional, podemos por meio do material localizado, ou seja, de um ato de focalização detectar as forças circulantes que se manifestam como pontas de um processo em curso. Para Kastrup (2007, p. 15), a “detecção e apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requer uma concentração sem focalização”. Para nos apropriarmos desse conceito, é preciso entender que a focalização é a atenção dirigida a um ponto específico, como um *zoom* que seleciona um objeto e desconsidera o entorno, ao passo que a concentração sem focalização corresponde à atenção ampla, que mantém o campo todo em vista, sem fixar-se num ponto, mas sem se dispersar completamente. Em outras palavras, queremos dizer que, para cartografar 211 trabalhos dispersos, nós tivemos de manter uma atenção de paisagem, não de *zoom*. Trata-se de um processo complexo que, ao mesmo tempo, pode se apresentar “seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário”, uma vez que várias combinações podem ser praticadas, constituindo, assim, “variedades

atencionais” coexistentes e “diferentes políticas cognitivas<sup>4</sup>” (Kastrup, 2007, p. 15).

Assim, a saliência da Nova Retórica (41 trabalhos, 32,3% das filiações) simultaneamente convoca nossa atenção para a dispersão de interfaces, provocando um sucessivo deslocamento do foco atencional. Nessa concentração sem focalização, abrimo-nos para um encontro acolhedor, no qual as reflexões e experiências, registradas em dissertações e teses, são reconhecidas como uma processualidade em curso. Um tipo de processo que faz emergir problemas concretos e esforços para compor soluções para eles, cujo rastreo nos possibilitou constatar problemas<sup>5</sup> que dizem respeito às dificuldades de aprendizagem ou de relações entre estudantes em escolas de educação básica; aos modos como são materializadas as ideologias, as posições discursivas e os pontos de vista em textos opinativos de diferentes gêneros discursivos publicados em veículos de comunicação, principalmente jornais; às técnicas retóricas empregadas em textos literários, como crônicas, particularmente em criações humorísticas, por exemplo. Há uma ênfase na observação das estratégias argumentativas tendo em vista descrever e interpretar a materialização das subjetividades em distintos territórios.

## **5 Pesquisas sem filiação às teorias da argumentação: zonas de sombra que conflitam as grades teóricas**

Se a cartografia se faz no trabalho sobre as linhas, no rastreo daquilo que se declara e no toque daquilo que escapa, que não se deixa capturar tão facilmente pelas grades classificatórias, é, igualmente, preciso dedicar atenção às pesquisas que não declararam explicitamente sua filiação a uma teoria da argumentação.

Em São Paulo, na década de 2010, esse contingente é composto por 84 trabalhos (39,8% do total), um território vasto e heterogêneo que não pode ser tratado como mera sobra ou resíduo do campo. Trata-se de uma zona de sombra significativa no mapa teórico, mas também um sintoma das relações de força que constituem o campo dos estudos da linguagem no Brasil.

Desses 84 trabalhos, 31 (36,9%) mobilizam a Análise do Discurso, na perspectiva de Maingueneau (1997), abordagem que, embora não seja uma teoria da argumentação propriamente dita, opera com noções como *ethos*, cenografia e interdiscurso que deixam entrever uma dimensão argumentativa. Os demais 53 trabalhos (63,1%) distribuem-se por diferentes perspectivas teóricas: Linguística Textual, Referenciação, Teoria Dialógica da Linguagem, Semiótica, entre outras. A Tabela 6 sistematiza essas pesquisas, identificando as teorias que, mesmo não sendo teorias da argumentação, são mobilizadas para abordar fenômenos argumentativos.

<sup>4</sup>Kastrup (2007, p. 15-16) chama “[...] de política cognitiva um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido em que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo. Tomar o mundo como fornecendo informações prontas para serem apreendidas é uma política cognitiva realista; tomá-lo como uma invenção, como engendrado conjuntamente com o agente do conhecimento, é um outro tipo de política”, reconhecida como construtivista

<sup>5</sup>Neste artigo, concentramo-nos na questão das territorialidades conceituais, de modo que os problemas e as questões de pesquisa, seus objetivos gerais e específicos, metodologias de pesquisa etc. não foram negligenciados pela cartografia, pois terão lugar em outros trabalhos que serão publicados pelas demais pessoas que integram o grupo Cartografias da Argumentação.

**Tabela 6** – Pesquisas sem filiação explícita a teorias da argumentação (São Paulo, 2011-2020)

Teoria/abordagem mobilizada	Quantidade	Percentual
Análise do Discurso (Maingueneau)	31	36,9%
Linguística Textual / Análise Textual dos Discursos	14	16,7%
Teoria Dialógica da Linguagem	8	9,5%
Semiótica	4	4,8%
Referenciação	4	4,8%
Outras abordagens	23	27,4%
Total	84	100%

Fonte: Elaboração dos autores

O que esses números destacam não é apenas a existência de uma “territorialidade outra”, mas sobretudo o peso da tradição teórica consolidada da Análise do Discurso no Brasil (36,9% das pesquisas que não mobilizaram qualquer teoria da argumentação) que recobriu fenômenos que poderiam ter sido descritos e interpretados no campo da argumentação. Com 31 trabalhos, a Análise do Discurso não se afigura como uma linha de fuga marginal, mas sim como uma força de atração que organiza o território conceitual, oferecendo categorias (*ethos* discursivo, cenografia, interdiscurso) que tocam em questões argumentativas, mas sem que haja necessariamente um diálogo com as teorias da argumentação propriamente ditas. Podemos dizer que esse caso não circunscreve uma “zona de contato” criativa, mas de uma zona de sombreamento, em que a especificidade dos conhecimentos produzidos no campo argumentativo corre o risco de ser diluída ou apagada em outras grades teóricas.

Entendemos que essa observação nos coloca uma pergunta incômoda: se a Análise do Discurso e outras teorias da linguagem, como a Linguística Textual e a Teoria Dialógica da Linguagem, podem abordar fenômenos argumentativos com seus próprios instrumentos, qual o lugar das teorias da argumentação no campo dos estudos da linguagem?

Os 53 trabalhos que não se filiam a nenhuma teoria da argumentação sugerem que, no cenário paulista, e talvez no brasileiro, as teorias da

argumentação ainda lutam por reconhecimento e legitimidade diante de tradições acadêmicas consolidadas e institucionalmente mais poderosas. Um trabalho cartográfico celebraria esses agenciamentos laterais como multiplicidade ou criatividade em uma territorialidade conceitual, no entanto há que se problematizar as relações de força que fazem com que a argumentação seja, tantas vezes, um objeto tratado de passagem, por teorias que não a têm com a sua devida importância.

Assim, do ponto de vista cartográfico, essa zona de sombra é tão importante quanto as regiões de maior densidade teórica, não porque seja mais criativa ou mais livre, mas porque revela as linhas de força que constituem o campo. Os 84 trabalhos sem filiação explícita não são, portanto, uma reserva de criatividade a ser celebrada, mas sim um sintoma da posição ainda periférica que os estudos da argumentação ocuparam, em uma década, no contexto das ciências da linguagem, uma posição em que o objeto “argumentação” é frequentemente abordado por teorias que o tomam como dado secundário, subordinado a outras preocupações (discursivas, textuais, enunciativas), apesar de a tradição histórica da Retórica reforçar explicitamente o vínculo entre o campo dos estudos da argumentação e o dos linguísticos e discursivos.

Cabe à cartografia, então, não apenas registrar esses desvios, mas intervir sobre eles, não para “corrigir” as filiações ou “enquadrar” as pesquisas

em categorias mais rigorosas, mas para tornar visível o trabalho de apagamento que opera quando a especificidade da argumentação é subsumida por outras tradições. Rastrear por onde passa a linha que liga a Análise do Discurso à construção do *ethos* argumentativo é também denunciar que essa linha, muitas vezes, é traçada sem que se nomeie e se reconheça a argumentação como campo digno de se estabelecer diálogo teórico. E, ao fazê-lo, abre-se o mapa para que novas perguntas possam ser feitas: por que a argumentação, no Brasil, ainda não conquistou seu lugar institucional a despeito de toda a tradição retórica que sustenta seus estudos? Por que suas teorias são tão frequentemente substituídas por outras, quando se trata de analisar fenômenos que já foram tratados pelas teorias da argumentação?

Com essas palavras, podemos compreender e propor que cartografar é, afinal, criar território, mas criá-lo não apenas onde as linhas já estão traçadas, e sim onde elas precisam ser traçadas, onde o campo argumentativo reclama seu lugar, onde a força da tradição não pode continuar a fazer sombra sobre a potência do conceito.

## 6 Rastros do percurso: para não concluir

Ao assumir que uma cartografia é um mapa inacabado, chegamos a um ponto de pouso para reconhecer no percurso as linhas que aqui traçamos e vislumbrar aquelas que ainda pedem para ser traçadas. Assim, em vez de apresentar considerações finais, optamos por deixar rastros do percurso desta cartografia dos estudos argumentativos do estado de São Paulo na década de 2010. Com isso, deixamos também um convite a outras pessoas que se engajem nesta pesquisa cartográfica da argumentação e, assim, venham completar, desfazer e refazer as linhas que aqui começamos a desenhar.

A primeira pista que deixamos como rastro é a afinidade estrutural que fomos capazes de entrever a “multidimensionalidade dos fenômenos argumentativos” (Grácio, 2013, 34) e os princípios rizomáticos da territorialização conceitual de Deleuze e Guattari (1995). Entendemos que é justamente essa

característica intrínseca da argumentação que a constitui como um domínio heterogêneo, múltiplo e conectável, que proporcionou as condições para que pudéssemos cartografar suas territorialidades conceituais como um rizoma.

Consequentemente, se a argumentação se constitui como um campo que atravessa a filosofia, a sociologia, a análise do discurso, a cognição, a língua e a retórica, então ela mesma já se configura como uma multiplicidade, não no sentido de um conjunto de partes justapostas, mas sim no sentido deleuziano de uma trama de linhas que se cruzam, se tensionam e se transformam mutuamente.

As variedades atencionais que praticamos ao longo desta cartografia (o rastreamento, o toque, o pouso, o reconhecimento atento) permitiram-nos não apenas detectar as forças circulantes no território, mas também acompanhar a processualidade que as constitui, tal como a própria argumentação exige de seus analistas, isto é, uma atenção que não se fixa em um único ponto, mas que se deixa afetar pela multiplicidade de conexões.

Vimos que a saliência da Nova Retórica, com suas 51 ocorrências de interfaces e 9 trabalhos sem interface declarada, convocou nossa atenção para a dispersão rizomática de conexões: com a Linguística Textual (11), com a Análise do Discurso (9), com a Linguística Cognitiva (8), com os Estudos da Tradução (6), com a Teoria Literária (5). E, a partir do prisma cartográfico, cada uma dessas conexões é uma linha que desterritorializa a Nova Retórica, levando-a para outros campos, e a reterritorializa em novos agenciamentos. Isso nos leva a perceber que a própria dinâmica de desterritorialização e reterritorialização é inerente à natureza rizomática da argumentação, enquanto prática social e discursiva.

Assim, este olhar cartográfico não partiu de uma teoria prévia sobre o que a argumentação deveria ser, pois foi a processualidade do campo, o que corresponde à forma como as pesquisas se conectam, se tensionam e se afastam, apresentando-nos seu caráter rizomático. Com essa prática analítica, procuramos confirmar a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir. Também

podemos destacar que cartografar as territorialidades conceituais da argumentação como um rizoma foi, portanto, menos uma escolha metodológica *a priori* e mais uma descoberta no percurso: ao rastrear as linhas que compõem o território, percebemos que ele já era, desde sempre, um rizoma.

## Referências

- BARTHES, Roland. A antiga retórica. In: BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 3-100.
- DECLERCQ, Gilles. *L'art d'argumenter - Structures rhétoriques et littéraires*. Paris: Éditions Universitaires, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. *Perspetivismo e argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- KASTRUP, Virgínia. o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100003>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- LEITÃO, Selma. The Potential of Argument in Knowledge Building. *Human Development*, 2000, v. 43, n. 6, p. 332-360. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000022695>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.
- MEYER, Michel. As bases da retórica. In: CARRILHO, Manuel M. *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições Asa, 1994.
- MILLER, Carolyn R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, p. 151-167, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00335638409383686>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- OLIVEIRA, Thiago Rannier y Moreira de; PARAÍSO, Marlucey Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 3, p. 159-178, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300010>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Líliliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PIRIS, Eduardo Lopes; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MASSMANN, Débora Raquel Hettwer; MORAIS, Argus Romero Abreu de. Estudos da argumentação: cartografia das pesquisas realizadas na região nordeste do Brasil nos anos 2010. In: FREITAG, Raquel Meister Ko; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de (org.). *Cartografia da pesquisa em linguagem no Nordeste: áreas emergentes, aplicações para o ensino e interfaces*. Campinas: Pontes, 2023. p. 239-261.
- PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (org.). *Introdução às teorias da argumentação*. Campinas: Pontes, 2023.
- PLANTIN, Christian. *Dicionário de Argumentação: uma introdução aos estudos da argumentação*. Coordenação da tradução de Rubens Damasceno-Morais e Eduardo Lopes Piris. Tradução de: Ana Lúcia Tinoco Cabral et al. São Paulo: Contexto, 2025.
- PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.